

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1979

JOSÉ MANUEL GARCIA

Professor do ensino secundário

EPIGRAFIA E ROMANIZAÇÃO DE CASTELO BRANCO

Conimbriga, 18 (1979) 149-167

RESUMO: Publicam-se duas inscrições votivas e quatro funerárias da região de Castelo Branco. O facto de se terem encontrado reaproveitadas em construções daquela cidade não permite conhecer o local exacto da origem. Apenas uma inscrição é inédita (II) ; outra (III) é pouco conhecida; a leitura das duas outras (I e V) é aqui revista. A divindade indígena da inscrição I, Aratibro, é dada com sérias reservas de leitura; a inscrição II é consagrada a Vitória. A antropónimoia é vincadamente indígena, mesmo lusitana.

RÉSUMÉ: Deux inscriptions votives et quatre funéraires ont été trouvées réemployées dans des bâtiments de la ville de Castelo Branco. Leur lieu d'origine est inconnu, mais on ne peut pas exclure qu'elles proviennent de la ville même, dont l'origine romaine est une hypothèse vraisemblable. Une de ces inscriptions (II) est inédite: une autre (III) est peu connue; la lecture de I et V est ici corrigée. Le nom du dieu indigène de l'inscription I (Aratibro) est avancé avec prudence, car la lecture de la pièce est extrêmement difficile. L'inscription II est consacrée à Victoire. L'onomastique est très indigène, même lusitanienne.

(Página deixada propositadamente em branco)

EPIGRAFIA E ROMANIZAÇÃO DE CASTELO BRANCO

Castelo Branco possui um grupo de inscrições ao qual não se tem prestado a atenção que sem dúvida merece (*), pois revela-nos largas perspectivas da história antiga daquela região.

De acordo com os inventários que começámos a realizar na Beira Baixa, podemos reconhecer até este momento, no conjunto de seis inscrições que foi descoberto na capital do distrito, um dos mais numerosos desta parte do país.

Na verdade, dele só podemos aproximar, pelo número de inscrições assinaladas, alguns locais como Monsanto (2), S. Martinho (3) e a Quinta da Granja (4). Os restantes sítios onde sabemos

f) Embora as inscrições de Castelo Branco começassem a ser reveladas desde 1891, elas nunca foram alvo de um estudo de conjunto, que visasse a realização de possíveis linhas perspectivadoras e integradoras de uma necessária problemática histórico-geográfica da Antiguidade em Portugal.

(2) Vide nomeadamente Maria Manuel MILHEIRO, *Monsanto — História e Arqueologia*, Porto, 1972, p. 65-70. A epigrafia deste local mereceria, no entanto, um estudo mais atento, que ainda que relacionado com Idanha-a-Nova, reservasse uma certa autonomia.

(3) Sobre as quatro inscrições e três fragmentos de aras de S. Martinho, vide artigo de José Manuel GARCIA e Manuel LEITÃO, *Epigrafia do Monte de S. Martinho* a publicar no próximo número de «Estudos de Castelo Branco». Apesai da grande proximidade deste local e de um outro, a «Granja dos Belgaios», onde foram encontradas duas aras, relativamente à cidade de Castelo Branco, preferimos não incluir essas inscrições neste estudo, para que assim possamos melhor analisar os dados possuídos, mantendo no entanto presente a sua relação.

(4) Neste local do concelho de Idanha-a-Nova, onde existe um santuário cristão, foram descobertas recentemente várias lápides, que se encontram ainda em fase de estudo.

terem sido encontradas inscrições fornecem-nos, geralmente, uma e mais raramente duas ou três peças (5). Exceptuamos nestas observações, como é evidente, o notável núcleo epigráfico de Idanha-a-Velha (6) que é o mais numeroso de Portugal.

Será o que dissemos indício de que Castelo Branco tenha sido um importante povoado na época lusitano-romana?

Embora julgemos que tal possa ter acontecido, a resposta não é necessariamente afirmativa, pois a questão parece-nos de difícil resolução com os escassos elementos que possuímos. Na verdade, é bem evidente a real falta de dados arqueológicos e textuais, que convirjam claramente para o fornecimento de uma visão clara do *habitat* que se encontra na raiz de Castelo Branco.

Somos assim forçados a entrar no campo frágil das hipóteses, que se querem razoáveis, embora baseadas em dados escassos. Este facto, aliás, é notório na maior parte dos assuntos relativos à nossa história antiga.

O agregado populacional que deve ter existido na área do castelo e (ou) na base do monte (conhecido por Serra da Cardoso) onde se situa, terá de se relacionar com um povoamento, que julgamos disperso, entre Castelo Branco e o rio Pônsul, que parece apresentar o maior número de vestígios, na superfície compreendida entre Nossa Senhora de Mercóles, Santa Ana e o monte de S. Martinho, que se situa a menos de três quilómetros para sueste daquela cidade, tendo também ali sido descobertas várias inscrições, como já referimos.

Se na área urbana onde foram encontradas as lápides que apresentamos, só se assinalaram escassos vestígios de romanidade (7), a verdade é que, devemos observar em primeiro lugar, as condições

(5) É provável que surjam outros conjuntos epigráficos de grande interesse, nomeadamente na região do Fundão, mas, por enquanto, parecem-nos ser estes os mais importantes nesta parte do país.

(6) A notável colecção epigráfica desta cidade continua à espera do seu estudo, ultrapassado que está sob vários pontos de vista, o mesmo assim útil, trabalho de D. Fernando de ALMEIDA, *Egitânia — História e Arqueologia* (— *Egitânia*), Lisboa, 1956.

(7) No museu Francisco Tavares de Proença Júnior guardam-se alguns fragmentos cerâmicos e um anel, atribuíveis à época romana, achados ocasionalmente por Proença, e sendo dados como aparecidos no Castelo.

geográficas ali existentes são muito semelhantes às da área do de S. Martinho e, em segundo lugar, a geral falta de protecção do património arqueológico nos solos urbanos, durante os trabalhos de construção, pode muito bem ter permitido a destruição ou o soterramento do que tenha eventualmente existido ou do que exista ainda.

Se a falta de abundantes dados arqueológicos não incide de uma forma absolutamente concludente ou bem probativa, na existência de uma povoação naquele preciso local, e embora também os textos antigos não nos apoiem, como desejaríamos, na localização ali de uma cidade antiga, sublinhamos no entanto que devemos admitir essa hipótese, tendo em consideração a grande densidade de vestígios nas suas proximidades e a localização das inscrições.

A única sugestão que seríamos, enfim, tentados a dar, com todas as reservas e na sujeição a provas futuras, é a de que na região de Castelo Branco se poderia situar o *ubi* desconhecido de *Concordia*, referenciada por Ptolomeu (8) na região a norte do Tejo, entre as coordenadas de *Tacubis* (Abrantes?) e *Talabriga*. (A Branca?), sendo o étnico dela derivado, também mencionado por Plínio (9). Esta delicada hipótese foi-nos suscitada pelo facto de pensarmos poder atribuir uma tal origem a um indivíduo, cuja lápide funerária apareceu na Cadaveira (10), local próximo de Vila Velha de Ródão, região que poderia ser habitada pela população

(8) *Geografia*, V, 6. Não se deve confundir esta povoação com a *Nertobriga* da Bética, também chamada *Concordia Julia* e localizada próximo de Fregenal de la Sierra (Badajoz), (Plínio, *Naturalis História*, III, 14). Os dados de Ptolomeu, como é sabido, são de muito reduzido, ou quase nenhum valor, mesmo quando pretendemos determinar posições relativas.

(9) *Naturalis História*, IV, 118. Apenas nos diz que o *oppidum* dos *Concordienses*, era um dos estependíonos.

(10) A inscrição foi publicada pela primeira vez por TAVARES DE PROENÇA Jr., *Inscrições Inéditas*, «Archeologo Português» (=«A. P.»), XV, 1910, p. 176 e retomamos o seu estudo na *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Francisco Tavares de Proença Junior* que temos em fase de acabamento. Ao apresentarmos esta sugestão, temos bem presente a difícil questão da relatividade da menção do local de origem do morto. Ela tanto pode surgir na área onde viveu ou muito longe dela.

com aquele nome, cujo núcleo central, por apresentar maior densidade arqueológica, seria a zona de Castelo Branco.

Documentação posterior, *O Paroquial Suévico*, datado do terceiro quartel do séc. vi, cuja autenticidade nos parece bem provada por Pierre David ⁽ⁿ⁾, refere-nos (ou parece-nos referir), no bispado de Egitânia, a existência de duas paróquias, *Monecipio* e *Francos*.

Sobre estas povoações, que surgem ali escritas desta maneira, não isenta de dúvidas, apenas sabemos que, de acordo com estudos de A. Elias Garcia ⁽¹²⁾, *Monecipio* teria cunhado moeda na época «visigótica». Este autor sugeriu a sua localização em Monsanto, apontando, para Castelo Branco, a de *Francos* ⁽¹³⁾. Tal, contudo, não nos parece muito aceitável, pois não vemos a viabilidade de Monsanto, tão próxima da importante Egitânia, ter sido povoado de certo relevo, como talvez se possa admitir ter sido *Monecipio*. Mais inclinados nos sentiríamos a pensar para o seu *ubi*, também a região de Castelo Branco, relacionando-o, talvez, com o da hipótese que anteriormente formulámos.

*

**

O conjunto epigráfico que apresentamos é constituído por duas inscrições votivas e quatro funerárias. Esta repartição por géneros epigráficos diferencia-se da que predomina no concelho de Castelo Branco, onde, das vinte e duas inscrições que pudemos

⁽ⁿ⁾ *Études Historiques sur la Galice et le Portugal des VI^e au XI^e Siècle*, Lisboa-Paris, 1947, p. 1-81.

⁽¹²⁾ *As moedas visigodas da Lusitânia*, «Revista de Guimarães», 60, 1950, p. 127 e *As moedas Visigodas de Monecipio*, Castelo Branco, 1940.

⁽¹³⁾ Sobre estes dois nomes poderíamos ainda pensar, se não haveria no original uma identidade entre eles, deturpada pelo copista medieval. Nestas nossas observações, que, embora frágeis, há que confirmar ou rejeitar, não entramos em linha de conta com as habituais divagações fantasiosas das origens, que, pelo menos aqui, nos parecem irrelevantes. Podem-se ler algumas delas na obra de J. Ribeiro CARDOSO, *Castelo Branco e o seu Alfoz*, Castelo Branco, 1953, p. 11-33.

ali elencar, apenas delectámos mais duas lápides funerárias (na Lousa). Este panorama é idêntico ao do concelho vizinho de Idanha-a-Nova (excepto no caso da povoação de Idanha-a-Velha).

Julgamos que estes dados, embora relacionados com o povoamento rural e podendo ser afectados pela descoberta de mais documentos funerários nas áreas rurais, nos apontam, pelo menos e por enquanto a um nível de hipótese, para o facto de que os indígenas romanizados destas zonas rurais se preocupavam mais em cultivar à maneira romana os seus deuses do que os seus mortos. Esta última prática seria sobretudo efectivada nas áreas mais urbanizadas, ou nas «uillae» ou locais onde a influência da civilização romana se exercesse na maior parte das formas de comportamento.

Será justa esta observação que tivemos ocasião de fazer? Julgamos, pelo menos por agora, que ela se deve integrar nos elementos da problemática que estão abertos na nossa História antiga, nomeadamente no campo das mentalidades, para sabermos, pela continuação dos estudos, até que ponto a poderemos considerar ou não uma realidade.

*
* *
*

Embora conheçamos os locais aproximados em que todas as inscrições foram encontradas, o facto de terem sido reaproveitadas em construções impede-nos um conhecimento concreto do sítio ou sítios onde primitivamente teriam sido utilizadas. Aquele ou aqueles, se não eram exactamente na área urbana, deviam sei das suas proximidades, onde há tantos vestígios romanos e muito material para construções, não sendo pois natural que houvesse necessidade de o ir buscar muito longe, como acontece noutros locais.

Das peças que apresentamos, os quatro monumentos que ainda existem encontram-se no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior. Deles revimos duas leituras (I e V), publicamos uma inédita (II), divulgamos outra lápide pouco conhecida (III) e republicamos as duas que desapareceram (IV e VI).

INSCRIÇÕES VOTIVAS

As duas primeiras inscrições aqui apresentadas, como são mais largamente estudadas noutra local (14), vêm apenas referenciadas para, por um lado, evitar repetições, e por outro, não quebrar a unidade à presente colectânea.

I

Ara em granito que se encontra bastante deteriorada, já sem base nem capitel. (Foto 1).

Quando foi assinalada em 1907 por Tavares Proença, estava reaproveitada numa casa dos arrabaldes da cidade.

O texto está muito mal conservado, e é de difícil leitura, pelo que a interpretação que dele fazemos mantém fortes reservas, particularmente no que diz respeito à primeira e à última linha, que é um tanto insólita. Não nos foi possível, contudo, avançar com mais segurança na questão.

ARATIB/RO VERNACVLVS (?) / CILIAE (?) LIB(ertus) /
/ [LJIBERI [V(otum) S(oluerunt)] (?)

Vernáculo (?), liberto de Cilia (?), a Aratibro. Os filhos (?) cumpriram o voto (?)

Parece-nos plausível estarmos perante uma divindade indígena, *Aratibrus*, até agora não assinalada, e cultuada por um liberto, o que é um fenómeno não muito frequente.

As letras não são claras e admitimos que possa haver outras formas de as interpretar.

Bibliografia: F. TAVARES PROENÇA JUNIOR, *Inscrições Romanas de Castelo Branco*, «A. P.», XII, 1907, p. 174-5.
Idem, *Inscrições Inéditas*, «A. P.», XV, 1910, p. 53.

(14) José Manuel GARCIA, *Inscrições votivas do Museu Francisco Tavares de Proença Jr. (Castelo Branco)*. (Em preparação).

II

Árula em granito a que falta a parte inferior, onde provavelmente devia existir mais uma linha de texto com a fórmula votiva. (Foto 2).

Descoberta em 1976 num muro junto do Hospital Novo de Castelo Branco.

VICTORI/AE M(aelo) (?) T(angini) (?) F(ilius) / [Y(otum) S(oluit)] ?

Melão?, filho de Tangino?, [cumpriu o voto] a Vitória.

A única dificuldade na interpretação de mais este testemunho do culto de *Victoria* na Beira Baixa, reside na significação das três letras em abreviaturas, parecendo-nos a hipótese que apresentamos, a mais viável.

Inédita.

INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS

III

Bela placa em mármore, que se encontrava aplicada na parede de uma casa da rua de Santa Maria em Castelo Branco, quando foi descoberta em 1928 por J. Ribeiro.

Falta-lhe a parte superior e apresenta uma moldura decorada com palmetas estilizadas, a que se segue, na periferia da margem, uma fila inscrita de pérolas. Estes efeitos apenas se conservam nos lados inferior e esquerdo (foto 3).

Apresenta paralelos formais, nomeadamente, com um monumento de Idanha-a-Velha ⁽¹⁵⁾ e outro encontrado em Chãs, Beijós (Carregai do Sal) ⁽¹⁶⁾. * li

⁽¹⁵⁾ *Egitânia*, p. 189, foto n.º 134.

⁽¹⁶⁾ Osvaldo SILVESTRE, *Uma lápide funerária encontrada em Beijós (Carregai do Sal)* «Conimbriga», XV, 1976, p. 133-134 e foto.

Dimensões ⁽¹⁷⁾: 55 X 101 X 14,5.

Campo epigráfico (= c. e.): 40 X 79,5.

... / [PA]TRI / CAMIRAE / APANONIS • F(*iliae*): / MATRI /
/ C(*aius*) • AMMIVS • AVITVS / F(*ecit*)

Gaio Âmio Avito mandou fazer este monumento ao pai...
e à mãe Camira, filha de Apanão.

Altura das letras: 1. 2: 8; 1. 3: 6; 1. 4: 4; 1. 5: 6,5 (T = 8);
1. 6: 4.

Espaços interlineares: 1: 1; 2: 1, 5; 3: 1/1,3; 4: 1,5 (nulo para
o T); 5/6: 0,5.

A leitura não apresenta dificuldades, sendo de assinalar apenas na dimensão das letras o destaque dado ao nome da mãe do dedicante, a equivalência das utilizadas no nome do avô materno e do dedicante e finalmente a subalternidade dos elementos secundários como *matri* e *f(cecit)*.

A ordenação das palavras apresenta uma boa simetria.

Interpretamos o F de 1. 6 como *fecit* por *f(aciendum)*
c(uravit).

O dedicante apresenta os *tria nomina*, o que não é vulgar nesta região da Lusitânia. Se não era cidadão, pois tal não é forçoso (embora seja possível) ⁽¹⁸⁾, mostra tratar-se de um indígena bastante imbuído das formas romanas (veja-se também o tipo de monumento), que talvez se distinguisse socialmente do resto da população.

Os elementos do seu nome são contudo vulgares, particularmente o *cognomen*, *Auitus*, que apesar da sua forma latina, encon-

⁽¹⁷⁾ As medidas que apresentamos são sempre em centímetros.

⁽¹⁸⁾ O facto de não apresentar a sua filiação numa tribo também não é factor suficiente para afastar uma tal hipótese.

tra-se particularmente testemunhado nas áreas indo-europeias, quer na Península Ibérica ⁽¹⁹⁾ quer noutras regiões do Império ⁽²⁰⁾.

O seu *nomen*, *Ammius*, não é exclusivamente hispânico e surge na nossa Península de Cadiz a Leon ⁽²¹⁾, em mais de uma dezena de exemplos distribuídos quase longitudinalmente, sendo o nosso caso o mais ocidental.

Camira, o nome da mãe, apenas nos aparece na Lusitânia: Alfeizerão, Trujillo, Villamerías (Trujillo), Alcântara, Coria, Plasência, Hinojosa de Duero, S. Martinho de Travejo, Idanha-a-Velha ⁽²²⁾ e Capinha (Fundão) ⁽²³⁾. A raiz é a mesma de *Camalus* e o sufixo o de *Pisirus*, por exemplo ⁽²⁴⁾.

Apanonis (gen.), pai de *Camira*, é um nome muito mais raro, cujo único paralelo masculino (além da nossa inscrição VI), é a forma que aparece grafada *Apanoni* (gen.) surgida na Torre dos Namorados (Fundão) ⁽²⁵⁾, o que levaria a induzir estarmos perante o nome *Apanonus* e não *Apañõ*, como deve ser, pois que nos surge a forma *Apañã*, em regiões lusitanas ou vetónicas como Coria, Puerto de Santa Cruz ⁽²⁶⁾, Ibahernando (Trujillo), Santa Cruz de la Sierra ⁽²⁷⁾, Hinojosa de Duero ⁽²⁸⁾. Com este nome deve poder-se

⁽¹⁹⁾ Jürgen UNTERMANN, *Elementos de un Atlas Antroponímico de la Hispania Antigua (=Atlas)*, Madrid, 1965, mapa 14, p. 65-66.

⁽²⁰⁾ R. ÉTIENNE, G. FABRE, P. et M. LEVÊQUE, *Épigraphie et Sculpture («Fouilles de Conimbriga»*, II (= *Fouilles* II), Paris, 1976, p. 20.

⁽²¹⁾ *Atlas*, mapa 7, p. 53-54.

⁽²²⁾ *Atlas*, mapa 27, p. 87-88.

⁽²³⁾ João Luís YAZ, *Inscrições Romanas do Museu do Fundão*, «Conimbriga», XVI, 1977, p. 10-11.

⁽²⁴⁾ Maria de Lourdes ALBERTOS FIRMAT, *Nuevos Antropónimos Hispánicos (-NAH I)*, «Emerita», XXXII, 1964, p. 235.

⁽²⁵⁾ *Art. cit.*, «Conimbriga», XVI, p. 20-21, foto XII. *Lubaecus/Apanonij ffilius* H(ic) s(itus) e(st). É curioso observar a identidade dos nomes com os desta inscrição e da VI. A forma *Apanoni* que ali surge parece um tanto difícil de explicar, mas pode-se também admitir a falta de um S final.

⁽²⁶⁾ Maria de Lourdes ALBERTOS FIRMAT, *Nuevos Antroponimos Hispánicos*, (= *NAH II*) «Emerita», XL, 1972, p. 13.

⁽²⁷⁾ *NAH I*, p. 221.

⁽²⁸⁾ Palomar LAP ESA, *La Onomástica Personal Pré-Latina de la Antigua Lusitânia (= 0. Lus.)*, Salamanca, 1957, p. 36.

relacionar pelo radical, *Apaionis* (gen.), surgido em S. Sebastião do Freixo (Leiria) ⁽²⁹⁾.

Como datação parece-nos plausível o séc. n, tal, aliás, como para a inscrição V; a possível ausência da menção DM (como nas restantes) e a própria forma das letras poderão dar-lhe uma cronologia um pouco mais antiga, se porventura tais regras se aplicarem nesta região da Beira Baixa.

Bibliografia: J. RIBEIRO CARDOSO, *Castelo Branco e o seu alfoz*, Castelo Branco, 1953, p. 14-16.

IV

«Pedaço de granito mal lavrado», utilizado numa ombreira de portado rústico, nos arrabaldes de Castelo Branco (1910), tendo sido cedida para a colecção de Tavares Proença, por Joaquim da Silva Trigueiros. Não sabemos, contudo, qual o seu actual paradeiro.

Segundo nos informa aquele autor, a inscrição estaria numa lápide com 35 cms de altura por 116 de largura.

CAVDICVS. AMMIÑI F(*ilius*) / SIBI* ET* UXSORI • /
CASINAE* CATVEÑI (*filiae*)

Caudico, filho de Ammino (mandou fazer este monumento) para si e para a esposa Casina, filha de Catueno.

Segundo podemos depreender da publicação de Tavares de Proença, quase todas as palavras estavam separadas por *puncti distinguentes* triangulares. Existiam também alguns nexos: 1. 1: AM e NÍ; 1. 3: NI. No fim da linha 3 faltaria o F de *filiae* e a fórmula final o que, tal como acontece com a inscrição n.º VI, poderá denotar uma certa antiguidade.

⁽²⁹⁾ D. de PINHO BRANDÃO, *Epigrafia Romana Coliponense (=Epigrafia)*, «Conimbriga», XI, 1972, p. 121-123, foto XXIV.

De registar a utilização tão comum na Hispânia de *xs* por *x*, em *uxsori*.

Toda a onomástica aqui incluída é indígena e poderemos até designá-la por lusitana, pois estes nomes, relativamente pouco testemunhados, só nos surgem praticamente nesta província, mesmo que os seus radicais estejam divulgados noutras regiões indo-europeias.

Caudicus é um nome que apenas foi assinalado na Granja dos Serrões (Montelavar) ⁽³⁰⁾.

A forma *Caudus*, de que deriva, surge em S. Vicente ⁽³¹⁾ e Trujillo ⁽³²⁾.

Amminus surge-nos em Vila Viçosa, Capinha, Idanha-a-Velha, Marta de Magasca (Cáceres), Vilar de Mó (Mação) e as formas femininas *Ammina* em Trujillo e *Amina* em Valladolid ⁽³³⁾.

Este nome poder-se-á relacionar com *Ammius* (vide a inscrição n.º III).

Casina apenas está referenciada em S. Sebastião do Freixo ⁽³⁴⁾, Las Seguras de Arriba (Cáceres) ⁽³⁵⁾, Arroyo de la Luz e em Castelo Novo ^(3e). Este nome deriva de um outro, indo-europeu, *Casa*, conhecido em Idanha-a-Velha ⁽³⁷⁾.

Catuenus até agora só foi assinalado em Freixo de Numão, Malpartida, Coria ⁽³⁸⁾. Relaciona-se com um outro antropónimo, *Catugenos*. Segundo Pokorny ⁽³⁹⁾, a raiz *Kat* significaria «luta».

⁽⁸⁰⁾ *NAH* II, p. 27.

⁽³¹⁾ *O. Lus.*, p. 62.

H *NAH* I, p. 238.

⁽³³⁾ *Atlas*, mapa 7, p. 53-54. Vide ainda *O. Lus.*, p. 33, *NAH* I, p. 219, *NAH* II, p. 11.

⁽³⁴⁾ *Epigrafia*, p. 110-112.

⁽³⁵⁾ *NAH* II, p. 26 = José VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (= *ILER*), Barcelona, 1971, n.º 4871.

⁽³⁶⁾ Nova leitura que propomos para um dos nomes de uma inscrição publicada por TAVARES DE PROENÇA, no «A. P.», XII, 1907, p. 178.

⁽³⁷⁾ *NAH* I, p. 237 = *ILER* n.º 4550.

⁽³⁸⁾ *O. Lus.*, p. 61 e *NAH* II, p. 26.

⁽³⁹⁾ Referido por LAPESA, *O. Lus.*, p. 61.

Para além das observações já feitas, repare-se na simplicidade expressa por este casal que dedica a si próprio este monumento sepulcral.

Bibliografia: F. TAVARES PROENÇA, JR., *Inscrições Inéditas*, in «A. P.», XV, 1910, p. 39-40.
Egitânia, n.º 56, p. 177 ⁽⁴⁰⁾.
NAH, I (Nos locais referentes aos quatro nomes aqui mencionados).
HAE, 1107
ILER, n.º 4432.

V

Cipo em granito de grão fino, com moldura, encontrado num portal da parte alta de Castelo Branco. Apresenta forte desgaste.

Este é um dos tipos mais frequentes de monumento funerário em Idanha-a-Velha e outras áreas da Lusitânia Central (foto 4).

Dimensões: 44 X 83 X 22.

c. e.: 32.5 X 72.

CILIAE LVBAECI (*filiae*) FILIAE / SVAE ET ■ SVNVAE
 ELAVI (*filiae*) NEP(0)TI SVAE / SVNVA PISIRI F(*ilia*) B(e)
 S(uo) F(*aciendum*) C(*urauit*)

Súnua, filha de Pisiro, mandou fazer à sua custa (este monumento, dedicado) à sua filha, Cília, filha de Lubeco, e à sua neta, Súnua, filha de Elau.

Altura das letras: 5,5/6.

Espaços interlineares: 1:0,5; 2,3,4:2/2,5; 5:3,5/4.

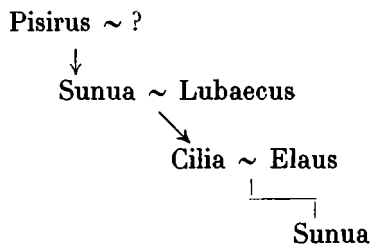
⁽⁴⁰⁾ Esta inscrição foi dada, por engano de D. Fernando de ALMEIDA, que a não viu, como sendo de Idanha-a-Velha, o que originou várias incorrecções nas publicações posteriores que referimos de seguida.

Tavares de Proença deu a conhecer a inscrição nas suas duas publicações de epigrafia no *A. P.*, apresentando, no entanto, devido às dificuldades da pedra, algumas incorrecções mais salientes, de que resultou um sentido diferente daquele que se deve ler na inscrição.

Eis a leitura que nos deu em 1910: «Ciliae Lutaeci Filiae Suae et Sunue Flaui Nerii Suae Sunua et Sibi FDSFC».

Como vemos, há que reter nomes que não foram lidos: *LUBAECI*, *EL AVI*, *PI SIRI* e riscar os de *Lutaeci*, *Flau*, *Nerii* que tinham sido mal postos.

Estamos, pois, perante um texto com uma certa riqueza de informação onomástica e que apresenta uma curiosa genealogia de quatro gerações de pessoas, todas elas com nomes indígenas.



Cilia, tal como *Cilius* na inscrição VI, é um nome particularmente bem representado na Lusitânia Central, ainda que haja alguns testemunhos no Norte e Noroeste ⁽⁴¹⁾. A forma feminina é, no entanto, representada a maior parte das vezes por *Cilea*⁽⁴²⁾; tal deve também corresponder a diferença de pronúncia, ou então a má gravação.

Lubaecus é um nome lusitano pouco representado : Ibahernando (Trujillo) ⁽⁴³⁾, Torre de S. Maria ⁽⁴⁴⁾, Idanha-a-Velha ⁽⁴⁵⁾, Torre

⁽⁴¹⁾ *Atlas*, mapa 35, p. 100-101; *O. Lus.*, p. 63-64; Maria de Lourdes ALBERTOS FIRMAT, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, (= *O. Hisp.*), Salamanca, 1966, p. 87-88.

⁽⁴²⁾ *NAHI*, p. 239-340.

⁽⁴³⁾ *O. Lus.*, p. 80 = *ILER* n.º 3638.

⁽⁴⁴⁾ *NAH*, II, p. 297 = *ILER* n.º 6214.

⁽⁴⁵⁾ *NAH*, I, p. 109 = *ILER* n.º 6454.

dos Namorados (Fundão) (46). O seu radical com a possível variante *Lup* encontra-se noutros nomes (47).

Sunua é um antropónimo característico da Lusitânia (48), aqui bem representado por duas vezes (vide ainda inscrição VI).

Elaus é um nome que ainda não aparecera representado em Portugal, embora surja na região de Cáceres (onde aliás houvera o mesmo erro de leitura aqui surgido) (49) e sobretudo no norte da Península (50). Tal sugere a hipótese, mesmo que frágil, de um indivíduo emigrado, que se integra no meio lusitano.

Pisirus aparece sobretudo na Lusitânia central e do noroeste (51) com dois exemplos fora desta província na citânia de Briteiros e na de Sanfins, o que parece ser mais uma possível mostra de relação linguística entre Galaicos e Lusitanos, verificável em vários outros campos, nomeadamente no religioso.

É evidente que tentar extrair informações sociais de documentos tão lacónicos é sempre correr um grande risco; não gostaríamos no entanto, de deixar de sugerir a possível proeminência social que pode ter alcançado *Sunua*, pois se encarregou de mandar fazer à sua custa um monumento sepulcral familiar, que embora formalmente simples, apresenta um texto já um tanto elaborado.

Bibliografia: F. TAVARES DE PROENÇA, JR., *Inscrições Romanas de Castelo Branco*, «A. P.», XII, 1907, p. 173-174.
Idem, *Inscrições Inéditas*, «A. P.», XV, 1910, p. 54.

(46) *Art. cit.y* «Conimbriga», XVI, 1977, p. 20-21.

(47) *O. Lus.y* p. 80.

(48) *O. Lus.y* p. 99; *O. Hisp.*, p. 214; *NAH*, I, p. 124; *Fouilles II*, p. 90-91.

(49) *NAH*, II, p. 229.

(50) *Ibidem*; *Atlas*, mapa 40, p. 109-110.

(51) Nelson Correia BORGES, *Nova leitura da Inscrição CIL II 6257a (Penacova)* «Conimbriga», XV, 1976, p. 125 e mapa 3. Vide ainda *O. Lus.*, p. 92; *O. Hisp.*, p. 183-184.

VI

Esta lápide estava reaproveitada na muralha da cidade, junto da «Porta da Traição», tendo-se certamente perdido quando esta foi demolida, ou algum tempo depois.

Não nos chegaram medidas ou referências à forma deste monumento.

A leitura que apresentamos baseia-se em A. Roxo, o seu primeiro editor.

LVCANO • AN(*norum*) • XXX (*triginta*) AMOENAE • AN(*ttorim*)
XVI (*sexdecim*)-MAXI/MAE • AN (*norum*) • XIII (*tredecim*) • CILIVS/
/BOVTE • (*filius*) PATER • ET SUNVA / APANONIS • F(*ilia*) •
MATER

A Lucano, de 30 anos, a Amena, de 16 e a Máxima, de 13, o pai, Cílio, filho de Bouto e a mãe, Sunua, filha de Apanão, mandaram fazer este monumento.

Não havendo possibilidade de controlar esta leitura, assinalamos que na l. 4, a última letra de *Boute* é possível que tivesse sido um I e um F em nexos, ou apenas um I subentendendo-se um F. No entanto, como no latim vulgar surgem também confusões entre I e E, podia ter acontecido aqui esse erro.

Segundo a transcrição que nos é feita, haveria a registar a existência de dois nexos; l. 2: OE; l. 3; AE, e de um E menor que outras letras, a seguir ao segundo A da l. 2.

Na publicação original, as palavras são separadas por pontos, mas não nos parece possível saber seguramente se seriam *puncti distinguentes* ou meros sinais do autor do livro.

Os nomes dos filhos são todos vulgares, sendo o de *Amoena* particularmente divulgado no ocidente lusitano⁽⁵²⁾.

Sunua e *Cilius*, já tivemos ocasião de os observar na inscrição anterior.

⁽⁵²⁾ *Atlas*, mapa 3, p. 55-56.

Boutius é um nome que também poderemos dizer lusitano, com algumas representações no norte da Península (⁵³).

Aparto é um nome raro no masculino; surgiu já na inscrição III. Ainda que deva tratar-se de uma personagem diferente, não nos parece contudo absurda a hipótese (mesmo que se não afigure fácil o reconhecimento da sua possível prova), de que se trate da mesma personagem, talvez uma figura importante, que deu origem a dois ramos familiares. Como a simplicidade das inscrições deste tipo não nos ajuda, tal sugestão não deixa de ser bastante frágil, embora a pudesse reforçar o facto de terem sido encontradas no mesmo local.

De assinalar a menção dos anos, que, a estar correctamente lida, nos dá para *Lucanus* uma duração de vida próxima da esperança de vida que a população de então podia ter. As suas irmãs morreram ainda novas, como era frequente (^M).

Bibliografia: A. Roxo, *Monografia de Castelo Branco*, Eivas, 1891, p. 10; F. TAVARES DE PROENÇA JUNIOR, *Inscrições Romanas de Castelo Branco*, «A. P.», XII, 1907, p. 172.

*
* *

Para concluirmos este estudo, julgamos que será de realçar a propósito da antroponímia, a sua vincada caracterização indígena, diríamos mesmo, lusitana, pois a maioria dos nomes ou são exclusivos da Lusitânia (grande parte da sua região central), ou têm nela a sua maior representatividade.

(⁵³) *Atlas*, mapa 18, p. 72-73; *O. Lus.*, p. 50-51; *o. Hisp.*, p. 60-61; *NAH* I, p. 231; *NAH*, II, p. 22.

(⁵⁴) Sobre os delicados problemas da demografia hispânica na antiguidade pode-se ver o excelente estudo de C. GARCIA MERINO, *Análisis sobre el Estudio de la demografía de la Antigüedad y un nuevo método para la Epoca Romana*, Santiago de Compostela, Valladolid, 1974. Vide especialmente, p. 29-40.

Recordemo-los: *Aparto* (2), *Boutius*, *Camira*, *Casina*, *Catuenus*, *Caudicus*, *Cilius* (a) (2), *Lubaecus*, *Pisirus*, *Sunua* (3) (*Elaus* parece-mos aqui um tanto marginal).

A inferioridade da onomástica latina é flagrante, mesmo sendo constituída por nomes vulgares, como *C. Ammius Auitus*, *Amoena*, *Lucanus*, *Maxima*, *Vernaculus* (?). Estes, aliás, só surgem praticamente em duas das inscrições e nelas na terceira geração das pessoas ali referidas, mostrando assim uma fase já avançada de aculturação.

Quanto aos elementos intrínsecos dos monumentos, devemos salientar a utilização do dativo nas dedicatórias (com excepção de *Caudicus*), a ausência da invocação aos deuses *Manes* e finalmente a riqueza da lápide III, em mármore, com a sua por certo bem dispendiosa e bela moldura, que contrasta com a habitual simplicidade dos restantes cipos de granito local.

A epigrafia de Castelo Branco surge-nos dentro da sua abundância (relativa), como um importante meio perspectivador e expressivo da romanização de uma parte de um agregado lusitano, à qual julgamos poder atribuir uma elevada, ou relativamente elevada (conforme ao grau de desenvolvimento local), posição social.

Estamos, enfim, crenes, que só através de estudos arqueológicos e epigráficos sobre várias das áreas beiroas, e não só, melhor se poderá ir aclarando a caracterização linguística, étnica e social destes nossos antepassados.

JOSÉ MANUEL GARCIA

(Página deixada propositadamente em branco)

EST. I



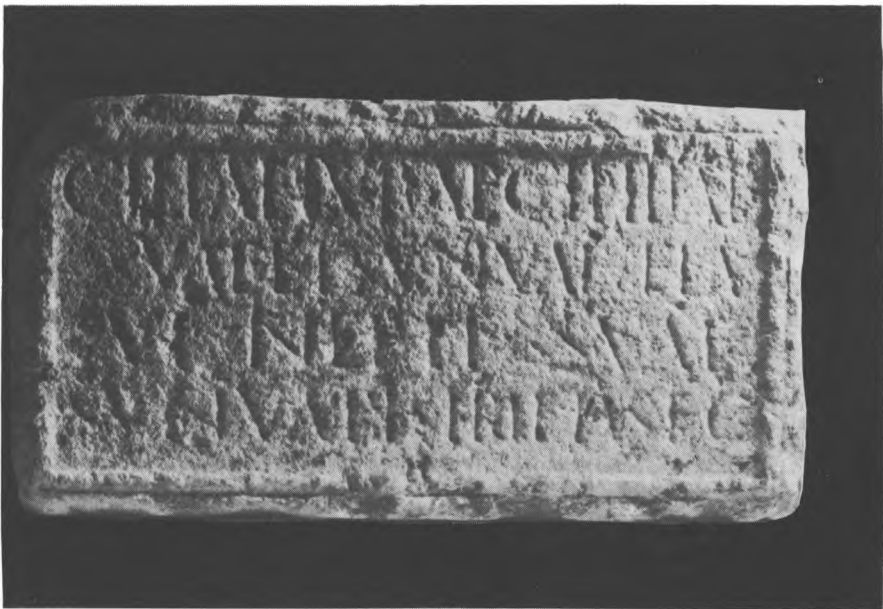
2



1



3



4